

“Jumbo” será assinado no dia 27

*Dívida
externa*

23 JAN 1934

por Milton Coelho da Graça
de Nova York

O clima, na sexta-feira, era de fim de festa entre os funcionários do Banco Central e da Fazenda, que acompanham o presidente do BC, Affonso Celso Pastore, nos Estados Unidos. Tarde da noite, todos ainda trabalhavam na agência do Banco do Brasil, na Quinta Avenida, arrematando contratos, esclarecendo dúvidas, etc. “O trabalho agora é mecânico”, disse um deles a este jornal, “mas ainda falta muito a fazer.”

Em um curto comunicado, o presidente do comitê dos bancos, William Rhodes, e Pastore informaram à imprensa que a assinatura da renegociação da dívida brasileira ocorrerá na próxima sexta-feira, dia 27, num dos salões do elegante Hotel Pierre. Uma fonte com acesso ao comitê confirmou que a data inicialmente prevista era quinta, dia 26, mas, a pedido do ministro da Fazenda, Ernane Galvães, foi mudada.

O comitê continuou a dizer que o total de US\$ 6,5 bi-

lhões ainda não foi atingido, prendendo-se estritamente à contagem dos telex recebidos. Mas uma fonte americana, que conversou com várias pessoas envolvidas na negociação, disse a este jornal: “Rhodes é banqueiro e costuma dizer, em tom de brincadeira, que não se deve acreditar em banqueiros. Ele está no seu papel de só considerar que os US\$ 6,5 bilhões foram atingidos depois que a soma dos telex bater com esse número. Mas, para os brasileiros, é claro que, depois de todo o esforço feito e da participação de tanta gente no trabalho de pressão, a palavra de um presidente de banco vale tanto ou mais do que um telex”.

Uma fonte com acesso à comitiva do ministro do Planejamento, Delfim Netto, revelou que, no final do expediente de quinta-feira, o total dos telex de adesão chegava a US\$ 6,460 bilhões e que na sexta-feira à tarde “faltavam por volta de US\$ 30 milhões para completar os US\$ 6,5 bilhões”.

Um banqueiro europeu fora informado, na quinta-feira, de que a maioria dos bancos do golfo Pérsico e da Arábia Saudita havia decidido aderir ao “pacote” brasileiro. “Até o final da tarde de sábado tudo estará terminado”, afirmou.

Pastore falou com este jornal rapidamente, na porta do Banco do Brasil, ao chegar do Citibank, onde passou praticamente o dia inteiro. Esbanjando sorrisos, era um homem completamente diferente dos dias anteriores, quando a irritação era ostensiva em todos os contatos com jornalistas brasileiros.

Ele não quis falar sobre o fechamento do “pacote”, dizendo que “não podia nem devia falar”. Mas, abrindo ainda mais o sorriso, acrescentou: “Tecnicamente tem de ser assim. Mas a data está marcada, não está? O que vocês querem mais?”

conheceu que “os bancos pequenos demoraram um pouco mais do que queríamos”. Também considerou normal a inclusão de pesetas e liras na negociação e repetiu que “não está havendo dificuldades”. Entrou no carro que o esperava e foi para a cidade, onde, segundo fontes que conhecem seus hábitos, passou o dia correndo as livrarias em companhia do velho amigo Gordon Pereira.

Uma fonte bancária explicou ontem a este jornal que “não há novidade na inclusão de outras moedas no pacote”, insistindo em que isso “está de acordo com a prática bancária internacional” e que em 1975, 1976 e 1977 o Brasil já teve acordos semelhantes. “O pacote da fase 1”, disse, “já tinha nove moedas.”

Ainda segundo essa fonte, os bancos espanhóis realmente vão utilizar pesetas que estão no Brasil (e por isso são chamadas de “pesetas domésticas”), mas a conversão para outras moedas será feita pelo Brasil, se assim achá-la necessário. “Houve gente no Brasil que achou isso estranho”, disse a fonte, “mas não há a menor razão para isso.”

(Ver página 12)

Delfim Netto, ao chegar pela manhã a Nova York, usou a linguagem habitual para conversar com a imprensa, sem dizer nada de novo. Disse que o “jumbo” seria assinado a partir de quarta-feira, que irá a Washington para encontros no Banco Mundial e no Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Afirmou que a demora no fechamento do “pacote” está sendo “normal” e que “vamos avançar mais um pouco na próxima semana”. Recusou-se a responder qualquer pergunta sobre os bancos árabes e re-